

**Artigo****O financiamento da educação em teses e dissertações no Nordeste brasileiro: um estudo de revisão****Financing education in thesis and dissertations in Brazilian Northeast: a review study****Financiación de la educación en tesis y disertaciones en el noroeste brasileño: un estudio de revisión****Maria de Jesus Rodrigues Duarte¹, Rosana Evangelista da Cruz²**

Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina-PI, Brasil

Resumo

O artigo tem por objetivo analisar as características e tendências da produção sobre financiamento da educação em teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação em Educação das universidades federais do Nordeste, no período de 2002 a 2017. O trabalho inscreve-se no conjunto de estudos de revisão que mapeiam e analisam a produção acadêmica. De abordagem quanti-qualitativa, a pesquisa decorre de estudo documental e bibliográfico cujo *corpus* foram as teses e dissertações coletadas, exclusivamente, nos Repositórios Institucionais dos programas de pós-graduação em Educação das nove universidades federais do Nordeste brasileiro, localizadas no Maranhão (UFMA), Piauí (UFPI), Ceará (UFC), Rio Grande do Norte (UFRN), Paraíba (UFPB), Pernambuco (UFPE), Alagoas (UFAL), Sergipe (UFS) e Bahia (UFBA). A análise dos trabalhos possibilitou verificar a prevalência de dissertações, a intensificação da produção sobre o tema, principalmente a partir de 2010, e a preferência pelas temáticas que trazem, como pano de fundo, o Fundef/Fundeb. No conjunto de estudos sobre financiamento da educação, sobressaíram-se três instituições (UFPI, UFRN e UFPE) que, juntas, responderam por mais da metade das pesquisas analisadas, revelando a consolidação do tema e de orientadores nos programas de pós-graduação dessas instituições. O estudo ainda permitiu concluir que existe interesse crescente na temática foco do artigo e que há necessidade de mais estudos sobre o financiamento das etapas ou modalidades específicas da educação básica e superior, assim como de estudos de revisão que contribuam para ampliar o conhecimento sobre as políticas que asseguram materialmente a oferta educacional no Nordeste do Brasil.

¹ Doutoranda no programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia (UFPI). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão da Educação (NUPPEGE). ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-7519-348X> E-mail: mariajesus34533@gmail.com

² Docente associada na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Políticas e Gestão da Educação (NUPPEGE). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8341-0835> E-mail: rosanacruz@ufpi.edu.br

Abstract

The article aims to analyse the characteristics and trends of productions about financing education in thesis and dissertations produced in the programs of post-graduation in Education of Brazilian Northeast federal universities from 2002 to 2017. The work is part of the set of review studies that map and analyse the academic production. With a quanti-qualitative approach, the research results from documental and bibliographic studies which corpus were the thesis and dissertations collected, exclusively, in the Institutional Repositories of the post-graduation programs in the nine federal universities education of the Brazilian Northeast, localized in Maranhão (UFMA), Piauí (UFPI), Ceará (UFC), Rio Grande do Norte (UFRN), Paraíba (UFPB), Pernambuco (UFPE), Alagoas (UFAL), Sergipe (UFS) and Bahia (UFBA). The analysis of the works made it possible to verify the prevalence of dissertations, the intensification of production on the theme, especially from 2010 onwards, and a preference for themes that bring Fundef / Fundeb as a background. In the studies set about financing education, stood out three institutions (UFPI, UFRN and UFPE) that together accounted for more than half of the researches analyzed, revealing the consolidation of the theme and of advisors in the graduate programs of these institutions. The study also concluded that there is growing interest in the thematic focus of the article and that there is a need for further studies on the financing of specific stages or modalities of basic and higher education, as well as review studies that contribute to expanding knowledge about policies that materially assure the educational offer in Northeast Brazil.

Resumen

El artículo tiene por objetivo analizar los rasgos y tendencias de la producción sobre financiación de la educación en tesis y disertaciones producidas en los programas de posgrado en Educación de universidades federales del Noroeste en el período de 2002 hasta 2017. El trabajo se inscribe en el conjunto de estudios de revisión que trazan y analizan la producción académica. De abordaje cuantitativa y cualitativa, la investigación decurre de estudio documental y bibliográfico cuyo *corpus* fueron las tesis y disertaciones recogidas, exclusivamente, en los Repositorios Institucionales de los programas de posgrado en Educación de las nueve universidades federales de Noroeste brasileño, ubicadas en Maranhão (UFMA), Piauí (UFPI), Ceará (UFC), Rio Grande do Norte (UFRN), Paraíba (UFPB), Pernambuco (UFPE), Alagoas (UFAL), Sergipe (UFS) y Bahia (UFBA). El análisis de los trabajos permitió comprobar la prevalencia de disertaciones, la intensificación de la producción sobre el tema, principalmente desde 2010, y la preferencia por las temáticas que traen, como telón de fondo, el Fundef/Fundeb. En el conjunto de estudios sobre financiación de la educación, se destacaron tres instituciones (UFPI, UFRN e UFPE) que, juntas, respondieron por más de la mitad de las investigaciones, revelando la consolidación del tema y de orientativos en programas de posgrado de esas instituciones. El estudio aún permitió concluir que existe interés creciente en la temática centro del artículo y que hay necesidad de más estudios sobre la financiación de las etapas o modalidades específicas de la educación básica y superior, así como de estudios de repaso que contribuyan para ampliar el conocimiento sobre las políticas que garantizan materialmente la oferta educacional en el Noroeste de Brasil.

Palavras-chave: Financiamento da educação, Produção acadêmica no Nordeste brasileiro, Estudos de revisão, Programas de pós-graduação em Educação.

Keywords: Education financing, Academic production in Brazilian Northeast, Review studies, Graduate programs in Education.

Palabras clave: Financiación de la educación, Producción académica en Noroeste brasileño, Estudios de revisión, Programas de posgrado en Educación.

1. Introdução

O caminho percorrido pelas políticas de financiamento da educação é marcado por avanços e retrocessos, decorrentes de um contexto sócio-histórico que implica diferentes concepções e interesses que conformam a oferta educacional. Como um bem social e como direito humano inalienável, o acesso à educação “exige metas, finalidades, contém princípios, objetivos e estratégias que dependem de um sistema de financiamento” (CURY, 2018, p. 2) que deve ser garantido pelas políticas de Estado.

No Brasil, segundo a Constituição Federal (CF) de 1988, é dever do Estado garantir recursos que assegurem o direito à educação, o preparo para exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho a toda a população brasileira. A Carta Magna ainda estabelece que a União deve aplicar, no mínimo, 18% da receita líquida de impostos e que o Distrito Federal, estados e municípios não menos que 25% dos referidos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988).

Contudo, as condições de oferta educacional no país denunciam a insuficiência de recursos para o adequado atendimento em grande parte das escolas públicas brasileiras (ALVES; PINTO, 2011; GATTI, 2009; DAVIES, 2006; 2010; SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004). Essa situação se agrava pelo avanço de proposições de um Estado cada vez menos participativo, mediante a redução de recursos públicos para as políticas sociais, na contramão dos direitos proclamados pela Constituição Federal de 1988.

Esse contexto de discussão em torno do direito à educação e seu financiamento, assim como as mudanças nas políticas que asseguram as condições materiais de manutenção das escolas brasileiras, tem atraído o interesse de pesquisadores para o tema nas últimas décadas. Observa-se, assim, a expansão da temática financiamento da educação nas pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação e nas publicações em periódicos científicos (CRUZ; JACOMINI, 2017; SANTOS, 2016; DAVIES, 2014).

O presente artigo tem por objetivo analisar as produções sobre financiamento da educação em teses e dissertações produzidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEs) das universidades federais do Nordeste brasileiro, buscando compreender a distribuição da produção, as temáticas abordadas, a forma de produção dos trabalhos e as principais conclusões. Com essas características, este trabalho inscreve-se no conjunto de estudos de revisão que mapeiam e analisam a produção acadêmica em financiamento da educação, apontando o que foi produzido sobre a temática no período de 2002 a 2017, no Nordeste brasileiro, oportunizando compreender o crescimento e fortalecimento do referido campo.

Nas duas últimas décadas, os estudos de revisão têm crescido e apontado características e tendências da produção acadêmica sobre educação, contribuindo para seu fortalecimento e possibilitando aos pesquisadores encontrar, entre seus resultados, novos objetos de pesquisa. Inscrevem-se, nesse grupo, as pesquisas denominadas Estado da Arte, Estado do Conhecimento, Levantamento Bibliográfico, Revisão de Literatura, Metapesquisa, entre outras (ROMANOWSKI, 2002; SOARES; MACIEL, 2000; SANTOS, 2016; DAVIES, 2014; MAINARDES, 2018).

Os estudos de revisão possuem como desafios mapear e discutir a produção acadêmica nos diferentes campos do conhecimento, buscando “responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares” e em quais condições são produzidas as teses, dissertações e demais publicações analisadas. São estudos que procuram responder a sensação do “não conhecimento acerca da totalidade” do que é produzido e divulgado, gerando, assim, a necessidade de pesquisas em determinada área do conhecimento que demonstrem o crescimento “tanto quantitativo quanto qualitativo” (FERREIRA, 2002, p. 258-259) e que mobilizem novas pesquisas para superar as lacunas detectadas.

São estudos que possibilitam examinar as contribuições das pesquisas no que concerne à definição e constituição da área e do campo de conhecimento e às convergências de investigação, “apontando as necessidades de melhoria do estatuto teórico-metodológico” (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014, p. 167). Viabilizam, até mesmo, uma análise crítica, indicando as recorrências, as tendências e os vazios deixados, podendo “apresentar uma nova direção, configuração e encaminhamentos” (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014, p. 167). Na área de educação, os estudos de revisão trazem elementos importantes para a compreensão das pesquisas realizadas no que se refere às tendências, características, fragilidades e obstáculos epistemológicos, favorecendo a análise crítica sobre a produção de conhecimento acumulado.

Na revisão da literatura, foi possível identificar que os estudos que investigam a produção acadêmica, ou seja, a pesquisa sobre pesquisa, podem ter diferentes nomenclaturas ou níveis de abordagem. De forma extensiva, são considerados estudos de revisão “todos aqueles que tomam como objeto de pesquisa a produção científica/acadêmica de determinada área, subárea ou campo de conhecimento, tendo em conta a especificidade do recorte temático e temporal” (JACOMINI; PENNA; BELLO, 2019, p. 5).

No âmbito do presente estudo, o recorte temporal escolhido (2002 a 2017) decorreu do levantamento realizado nos bancos *online* das universidades federais foco da pesquisa, identificando o fortalecimento da temática nas instituições analisadas, a partir de 2002, compreendendo os últimos quatro anos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), implementado de 1996 a 2006, e a maior parte do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com vigência de 2007 a 2020. Esses fundos fomentaram, de maneira significativa, as pesquisas que abordam o financiamento da educação.

A pesquisa ora apresentada decorre de estudo documental e bibliográfico cujo *corpus* foram as teses e dissertações coletadas, exclusivamente, nos Repositórios Institucionais (RI) dos PPGEds das nove universidades federais do Nordeste brasileiro, localizadas no Maranhão (UFMA), Piauí (UFPI), Ceará (UFC), Rio Grande do Norte (UFRN), Paraíba (UFPB), Pernambuco (UFPE), Alagoas (UFAL), Sergipe (UFS) e Bahia (UFBA).

A abordagem deste estudo é quanti-qualitativa. Quando se pensa em estudos quantitativos e qualitativos, é comum achar que uma opção exclui a outra, criando-se uma falsa dicotomia. Porém essa suposta dicotomia entre pesquisa quantitativa *versus* pesquisa qualitativa não existe, pois depreende-se

que os fatos e os valores são partes integrantes do processo de investigação e estão intrinsecamente imbricados, oferecendo riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa no estudo (SANTOS FILHO; GAMBOA, 2007; MINAYO, 2009; JACOMINI; CRUZ; MENDES, 2019), independentemente da opção teórico-metodológica e epistemológica do pesquisador.

A primeira etapa do estudo consistiu em fazer o levantamento de todos os resumos das teses e dissertações produzidas sobre a temática Financiamento da Educação, no período foco da pesquisa, nos PPGEds das nove instituições supracitadas. O levantamento foi feito por mecanismos de busca *online* através de consulta, exclusivamente, aos acervos digitais das bibliotecas universitárias.³

Os descritores utilizados para a busca foram: “financiamento da educação”, “controle social do financiamento da educação”, “gasto público e educação”, “Fundef”⁴, “Fundeb”⁵, “recursos públicos”, “controle social do Fundeb”, “conselho de acompanhamento do Fundef”, “políticas de financiamento da educação básica e superior” e “planos de carreira e remuneração de professores”.

A partir desse processo inicial, localizaram-se 53 produções as quais foram sistematizadas em planilha, cujos resultados, apresentados a seguir, possibilitaram a construção de um quadro dos estudos sobre financiamento da educação nas universidades federais do Nordeste brasileiro.

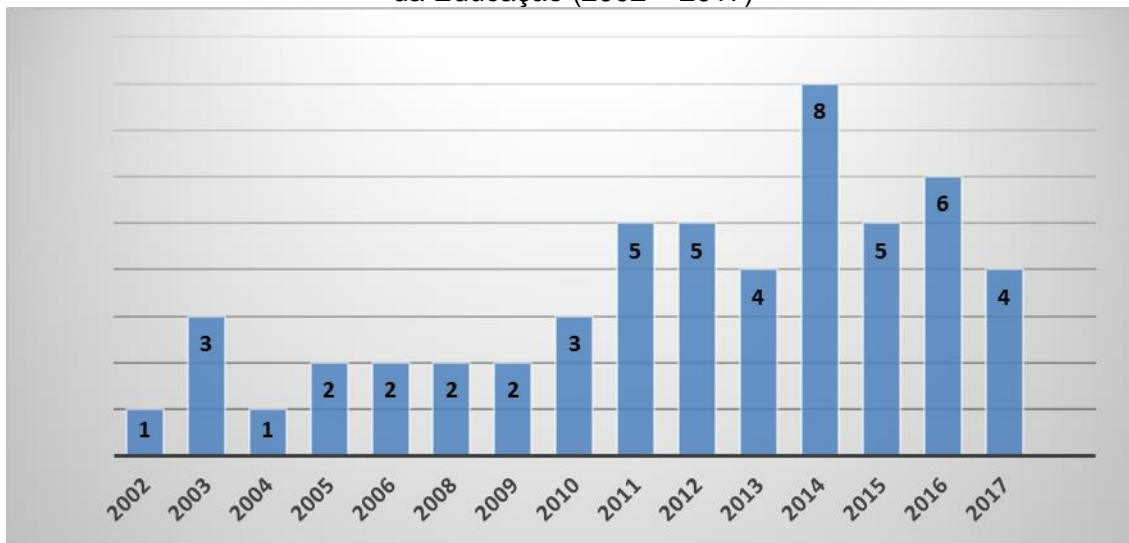
2. O que dizem as teses e dissertações sobre a temática financiamento da educação

Os nove Programas de Pós-Graduação em Educação das universidades federais nordestinas produziram 53 teses e dissertações sobre Financiamento da Educação, no período de 2002 a 2017, cuja distribuição anual pode ser vista no Gráfico 1, a seguir.

³ Existem outras fontes de acesso ao acervo produzido nos PPGEds: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); plataforma digital Dados.gov.br; Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); publicações referenciadas com levantamentos bibliográficos, como o feito por Davies (2014); outros recursos de busca digital (google acadêmico, domínio público, escavador, lattes, etc.). Levantamento mais exaustivo requereria mapear as produções em todas as fontes supramencionadas o que resultaria, possivelmente, em maior número de teses e dissertações, além das identificadas nos repositórios das instituições pesquisadas.

⁴ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, política de financiamento da educação instituída em 1996.

⁵ Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, política de financiamento da educação instituída em 2007.

Gráfico 1 – Número de trabalhos por ano nas IFES do Nordeste sobre Financiamento da Educação (2002 – 2017)

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em informações disponíveis nos Repositórios Institucionais dos PPGEds da UFMA, UFPI, UFC, UFRN, UFPB, UFPE, UFAL, UFS e UFBA.

O Gráfico 1 revela o crescimento da produção sobre financiamento da educação no decorrer dos anos. No período que compreende o intervalo de 2002 a 2009, a quantidade de trabalhos que abordaram o financiamento da educação foi pequena e com poucas alterações, representando uma média de 1,9 trabalho por ano. No entanto, a partir de 2010, nota-se um crescimento considerável em relação aos anos anteriores, com uma média de 5 estudos por ano. A produção dos primeiros oito anos totalizou 13 trabalhos (2002 a 2009) e a dos oito anos seguintes praticamente quadruplicou, chegando a 40 produções (2010 a 2017), representando um crescimento de 308% entre os dois períodos.

No que tange aos tipos dos trabalhos, foi possível identificar a predominância de dissertações de mestrado (35 trabalhos), que concentraram 66% da produção acadêmica no período. Apenas 34% corresponderam a teses de doutorado (18 estudos). A distribuição das 53 produções entre os PPGEds das universidades federais revela concentração de pesquisa sobre esse tema na UFPI e na UFRN, com 14 e nove trabalhos, respectivamente. Em seguida, vem a UFPE com oito estudos; a UFBA, UFC e UFPB, com seis estudos cada uma; a UFMA, com dois trabalhos; e, por fim, a UFAL e a UFS, com um estudo cada.

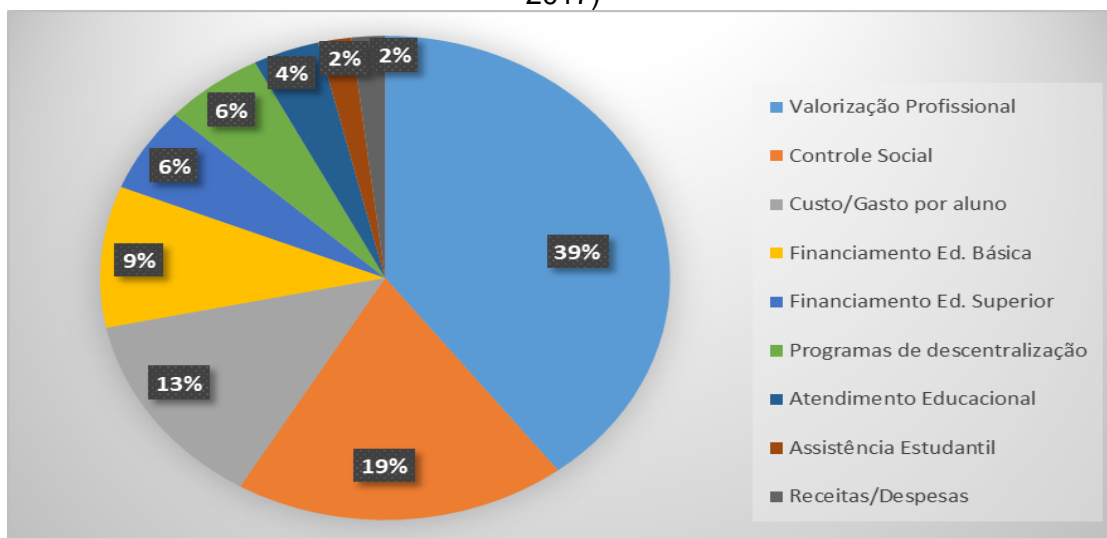
O maior número de pesquisas concentrou-se em apenas duas instituições, a Universidade Federal do Piauí e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que responderam, juntas, por 23 trabalhos, o que representa 43% do total de estudos da temática em questão, entre os anos de 2002 e 2017. Os demais trabalhos estão dispersos entre as sete instituições restantes. A análise dos determinantes dessa distribuição, considerando o perfil dos orientadores e os projetos desenvolvidos ainda está por ser feita na área.

Nas instituições com maior número de trabalhos por orientador, destacam-se o professor Luís Carlos Sales (UFPI), que orientou 10 dos 14

trabalhos dessa instituição, na linha “Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas”; e a professora Magna França (UFRN), com nove orientações, concentradas na linha de pesquisa “Educação, Política e Práxis Educativa”, significando o conjunto dos trabalhos da instituição. Na sequência, destacam-se os professores Luiz de Sousa Júnior (UFPB) e Robert Evan Verhine (UFBA), ambos com três orientações, seguidos pelos docentes Antônio José Gomes (UFPI), Márcia Ângela da Silva Aguiar (UFPE), Janete Maria Lins de Azevedo (UFPE), Maria José Pires Barros Cardozo (UFMA), José Wellington Marinho de Aragão (UFBA), cada um com duas orientações de pesquisa sobre financiamento da educação, de 2002 a 2017. Os demais professores, 18 no total, orientaram um trabalho cada. Esses dados informam que ainda estão em consolidação referências de orientação sobre o tema na maior parte das instituições analisadas.

Em relação aos temas investigados, o Gráfico 2 apresenta a sistematização dos assuntos abordados pelos trabalhos que compreenderam o universo da pesquisa. Agrupados por temáticas específicas, tomando por base as palavras-chave e a leitura dos resumos dos 53 trabalhos sobre financiamento da educação, foi possível constituir uma visão mais ampla sobre a produção da área.

Gráfico 2 – Agrupamento dos principais temas abordados nas teses e dissertações sobre Financiamento da Educação (2002 – 2017)



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos resumos das teses e dissertações produzidas nas IFES nordestinas de 2002 a 2017 sobre Financiamento da Educação.

O Gráfico 2 informa que, considerando a categorização das temáticas, o tema mais presente relaciona-se às políticas de valorização profissional, com 21 trabalhos, representando 39% do total dos estudos analisados. Em geral, esses estudos têm como pano de fundo a valorização do magistério prevista no Fundef/Fundeb. Os estudos abordam os seguintes aspectos: piso da categoria, condições de trabalho, formação, carreira e remuneração dos profissionais da educação. Dentre essas categorias, 12 estudaram, especificamente, as implicações da política de fundos na remuneração dos docentes, considerando suas dimensões formativas e destacando o impacto e os impasses nas

políticas de valorização do magistério. Os demais (nove) discutiram assuntos mais gerais que privilegiaram, entre outros temas, a lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), o Estatuto do Magistério e o Plano de Carreira, contemplando a ação sindical na luta pela implementação do Piso. Apenas um trabalho se diferencia na abordagem por debruçar-se sobre a política de remuneração meritocrática.

Nos estudos sobre a valorização do magistério, assim como em outros aspectos das pesquisas sobre financiamento da educação, no *corpus* dessa investigação, a política de fundos é o cenário principal, uma vez que os anos de 2002 a 2017 compreendem os últimos quatro anos do Fundef e a vigência do Fundeb.

Conforme explicam Pinto (2000), Davies (2006), Cruz e Jacomini (2017), o Fundef teve sua origem no contexto das mudanças aprovadas pela Emenda Constitucional nº 14/96, regulamentada pela Lei nº 9.424/96. Basicamente, esse Fundo, de natureza contábil e de âmbito estadual, subvinculou parte dos recursos da educação de estados e municípios ao Ensino Fundamental, adotando, como critério de redistribuição, entre o estado e seus municípios, o número de matrículas. A União complementaria os recursos quando o *per capita* no âmbito de cada estado fosse inferior ao valor aluno-ano. Esse valor era definido pelo próprio governo federal e deveria estar pautado em um padrão mínimo de qualidade, aspecto que não foi respeitado durante a vigência do Fundef, assim como a fórmula de cálculo prevista em lei. Do total do fundo, cada ente federado deveria usar, no mínimo, 60% para a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, visando sua valorização.

O Fundeb, de acordo com Davies (2006) e Pinto (2007), foi aprovado pela EC nº 53/2006 e regulamentado pela Lei 11.494/2007, e sucedeu o Fundef, tendo vigência até 2020. Trouxe algumas mudanças importantes: aumento dos recursos subvinculados – impostos e percentuais –, inclusão de todas as etapas e modalidades da educação básica, exceto a educação a distância; aumento da participação da União na complementação do fundo (10%); definição de um prazo para implementação do Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério, dentre outras medidas.

Nas conclusões dos 21 trabalhos sobre valorização, destacam-se: os fundos não foram capazes de promover a valorização do magistério; a lei que assegura o PSPN não foi cumprida; o Fundeb apresentou avanços em relação ao Fundef. Esses resultados corroboram os estudos de Davies (2006), Pinto (2007) e Jacomini, Minhoto e Camargo (2012), os quais informam que, embora tenha assegurado uma política de melhoria salarial para os docentes, os fundos não estabeleceram regulamentações efetivas que propiciassem a referida valorização dos profissionais da educação, especialmente no período de vigência do Fundef.

Além das 21 pesquisas que trataram da valorização dos profissionais da educação, 10 estudos foram agrupados em controle social, representando 19% do total de trabalhos analisados. O Fundef e o Fundeb tiveram importante papel no interesse por esse tema, porque estabeleceram os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACCS) dos Fundos, visando contribuir para o cumprimento das finalidades do financiamento educacional e para melhoria da atuação dos órgãos estatais de fiscalização dos recursos da

educação. Em relação aos resultados, os estudos demonstraram que os conselhos foram instituídos, o que é um avanço para a sociedade. No entanto, têm dependência do poder público para o seu funcionamento; persistem vícios no processo de eleição dos seus membros, o que reforça a tutela estatal; evidencia-se a precariedade de formação de conselheiros para o exercício do seu papel, o que ocasiona limitações na sua função de controle social. Essa realidade, constatada nas teses e dissertações, corrobora as afirmações de Davies (2010, p. 59) de que não basta ter “representantes da sociedade civil em conselhos”, pois, para que tenham eficácia, precisam ser mais qualificados para propor mudanças que, significativamente, apontem para a superação das desigualdades sociais.

Na temática custo/gasto por aluno, foram agrupados sete trabalhos dos quais quatro analisaram o custo-aluno/ano tendo como cenário a política de fundos para o financiamento da educação (Fundef/Fundeb). Entre estes, um estudo se debruçou sobre a matriz analítica do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) da educação infantil, com foco no atendimento em creches. Os outros três que compõem essa temática referiram-se, de modo geral, ao gasto por aluno na educação básica e superior buscando avaliar a correspondência entre os níveis dos gastos em educação pública com a equivalência quantitativa de matrículas nas esferas federal, estadual e municipal.

Como resultado, os estudos constataram que as escolas localizadas na zona rural apresentam um custo-aluno/ano mais elevado que o das escolas da zona urbana, decorrente do quantitativo de matrículas em cada zona. Também a insuficiência de recursos, principalmente para a educação infantil, foi outro resultado apontado nos estudos. Constatou-se que o princípio da igualdade de oportunidades, como função precípua da educação e do federalismo fiscal, está longe da realidade educacional brasileira, ocasionando a progressiva diminuição do gasto por aluno, o que leva a educação pública à pauperização.

Na temática financiamento da educação básica, foram agrupados cinco trabalhos, sendo que dois focam na educação infantil, dois no ensino fundamental e um no ensino médio. Os estudos, de modo geral, analisam em que medida o Fundeb se constitui numa política capaz de financiar, de forma adequada e com qualidade, a expansão do atendimento educacional. Os resultados informam ampliação da oferta e do número de estabelecimentos de educação infantil, assim como a consolidação de uma gestão mais democrática e participativa. Nos resultados do estudo que trata do ensino médio, destacou-se o fato de o governo estadual contratar profissionais temporários ao invés de efetivos, medida que reduz os gastos com pessoal, precariza o trabalho docente e enfraquece as organizações sindicais. As conclusões dos que focaram no ensino fundamental apontaram que o aporte de recursos não é fator preponderante para a qualidade do ensino e que os resultados alcançados em exames de larga escala, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), estão muito mais ligados à prática da gestão. Esses estudos corroboram análises feitas por organismos internacionais, como o Banco Mundial, e se afastam das leituras mais críticas sobre as políticas educacionais, perspectiva claramente marcada nos estudos sobre o ensino superior.

Os três estudos que contemplaram o financiamento da educação superior analisaram as políticas de expansão das instituições públicas e

privadas. Um dos trabalhos tratou da influência do capital na mercantilização do ensino superior à luz da crítica marxista e sob as influências de órgãos internacionais, como o Banco Mundial e a Unesco; outro, além da discussão sobre as orientações dos organismos internacionais para a educação superior, debruçou-se, com especial atenção, para os programas Universidade para Todos (ProUni), Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O último, também com foco nas políticas de expansão e financiamento, teve como objetivo estabelecer um quadro do ensino superior público decorrente dessas políticas, considerando os contextos internacional e nacional.

As análises dos respectivos trabalhos apontaram para um processo significativo de expansão e de mercantilização da oferta do ensino superior, o que atende aos anseios das políticas neoliberais orientados, dentre outros, pelos órgãos internacionais. Também mostraram que a expansão não representou uma ampla democratização de acesso, pois não ofereceu condições de permanência, fato comprovado pelo baixo número de concluintes nas instituições.

Nos trabalhos sobre programas de descentralização, foram agrupados três estudos sobre diferentes ações federais: o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo). Os achados das pesquisas evidenciaram uma participação incipiente da União no PNATE e a restrição da oferta do transporte escolar rural; a cisão na relação entre agricultores familiares, prefeituras e agentes ligados ao PNAE; e limites em relação às necessidades de ações para a formação de trabalhadores do campo no âmbito do Pronacampo.

No conjunto dos 53 trabalhos analisados neste artigo, dois tiveram como foco o atendimento educacional no ensino fundamental. Um deles se debruçou sobre a oferta em rede estadual de educação, com ênfase nas rupturas e permanências provocadas pelo fundo, concluindo que houve resultados positivos para a realidade educacional, mas aquém do esperado pela comunidade atendida. O outro trabalho analisou o desempenho da gestão municipal após sua implementação, concluindo que existe fragilidade estrutural dos sistemas em razão das descontinuidades administrativas que comprometem a educação, afetam a gestão educacional e a eficácia da política do Fundef nos municípios.

A Assistência estudantil foi abordada em apenas um dos trabalhos, com foco na chamada Caixa Escolar, objetivando esclarecer esse mecanismo de financiamento da educação para as classes pauperizadas. O estudo concluiu que a Caixa Escolar teve uma “apreciável importância ao entregar-se à sua tarefa de auxílio às crianças pobres”, nos estabelecimentos públicos de instrução, tendo impacto em todos os ramos da sociedade (VASCONCELOS, 2013).

Receitas/Despesas foi um tema abordado apenas uma vez, com foco no financiamento da educação em rede estadual pública no contexto do Fundef/Fundeb, tendo como referência o federalismo e o regime de colaboração, demonstrando os elementos limitadores ao alcance da equidade na repartição dos recursos e, portanto, da oferta de qualidade na rede pública.

Os resultados informam que a política de fundos contábeis não constituiu instrumento de equalização dos gastos por etapa de ensino, sendo necessário aumentar a participação financeira da União nos municípios com menor capacidade de arrecadação própria. Essa conclusão corrobora estudos que evidenciam a necessidade de um sistema tributário mais justo e de maior participação da União no financiamento da educação básica com vistas a assegurar um padrão de qualidade na oferta educacional pública para toda a população brasileira (EDINIR; BASSI, 2009; PINTO, 2012).

O conjunto dos 53 trabalhos revelou um esforço para a produção de conhecimento sobre diversos aspectos do financiamento da educação, havendo convergência no entendimento da necessidade de maiores aportes de recursos. Considerando que a diversidade de pesquisas contribui para o fortalecimento do campo em estudo, procurou-se entender como esses estudos foram desenvolvidos.

A análise dos procedimentos metodológicos teve como fonte as informações expressas nos resumos, isto porque esse tipo de texto deve contemplar informações indispensáveis ao entendimento do leitor, sendo, provavelmente, a primeira parte das monografias as quais os leitores interessados se dedicam a ler (JACOMINI; CRUZ; MENDES, 2019). A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) expressa, na NBR6028 (2003), as regras para os resumos, os quais devem apresentar, de forma concisa, os pontos relevantes de um documento. No caso das teses e dissertações, o resumo possui caráter informativo e deve repassar “ao leitor finalidades, metodologia, resultados e conclusões” (NBR6028, 2003, p. 1), permitindo, inclusive, que seja dispensável a leitura do original na íntegra. Jacomini, Cruz e Mendes (2019) acrescentam a necessidade de citar o problema de pesquisa e o referencial teórico, orientando o leitor sobre o motivo da pesquisa e sobre a perspectiva adotada no estudo.

No que diz respeito ao referencial teórico adotado, entre os 53 resumos analisados, 37 não indicaram a base teórica do estudo. Por base teórica compreende-se “o conjunto de princípios, definições, conceitos e categorias que articulados entre si formam um sistema explicativo coerente” e trabalho científico “é sua base de sustentação e rigor, orientando as formas de análise do objeto” (MINAYO, 2009, p. 44).

Mainardes e Tello (2016, p. 7, grifo nosso) constatarem “que há níveis diferenciados de análise (mais desenvolvidas, menos desenvolvidas, etc.) e que o “referencial teórico” é um elemento essencial para a construção do processo analítico” mais consistente. No entanto, pondera-se que o fato de a base teórica do texto não estar especificada no resumo não significa que o autor não tenha explicitado na tese ou dissertação o referencial adotado. Desse modo, embora o referencial teórico seja uma das informações fundamentais para qualificação dos resumos, a sua omissão informa a necessidade de melhor elaborá-los. Além disso, “a falta de consistência teórica, de posicionamento e perspectiva epistemológica [...] podem enfraquecer a construção argumentativa e a análise de dados” (SILVA; JACOMINI, 2016, p. 135).

Segundo Mainardes e Tello (2016), o enfoque epistemológico das políticas educacionais possui três elementos analíticos: a perspectiva epistemológica, que é a perspectiva teórica que o pesquisador utiliza em seu

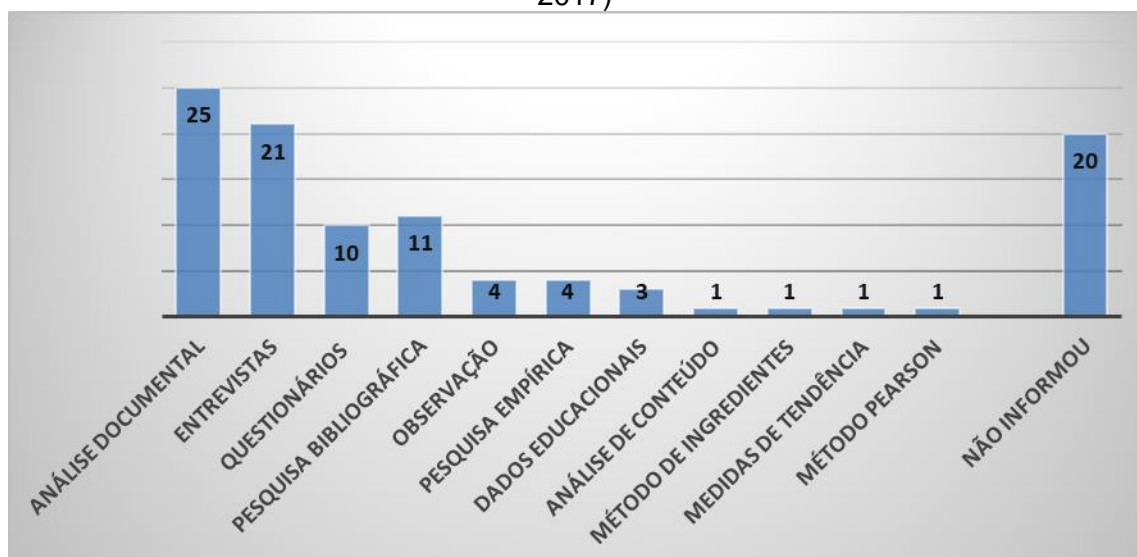
processo de investigação (marxismo, estruturalismo, pluralismo); o posicionamento epistemológico, que é o movimento feito pelo pesquisador de uma extremidade a outra dentro de uma determinada perspectiva teórica como posição política (crítica, reprodutivista, liberal, dentre outras); e o enfoque epistemológico, que é o modo como se constrói metodologicamente a pesquisa a partir do ponto de vista e posicionamento epistemológico do pesquisador. Depreende-se, então, que os níveis de abordagem e abstração estão relacionados à forma de construção da pesquisa, que envolve a posição epistemológica e a abordagem metodológica assumidas pelo pesquisador, as quais influenciam todas as etapas do estudo.

Partindo, portanto, da compreensão de que a escolha do referencial teórico envolve, necessariamente, a definição de um caminho metodológico integrado aos pressupostos epistemológicos da pesquisa, foram elencados os procedimentos de coleta de dados dos trabalhos que compõem o universo analisado. Para Silva e Jacomini (2016, p. 141), é “importante saber os principais procedimentos de coleta de dados, posto que eles informam como os pesquisadores realizaram a pesquisa”. No universo investigado (53), 62% indicaram o procedimento de coleta de dados nos resumos, informação normatizada pela ABNT para esse tipo de texto, com vistas a possibilitar ao leitor uma noção do percurso científico desenvolvido na investigação.

No agrupamento dos procedimentos metodológicos (Gráfico 3), foram considerados os termos usados pelos autores dos trabalhos em análise, sendo que o número de vezes que cada procedimento aparece numa coluna do gráfico é resultado das vezes em que aparece aquela denominação. Um mesmo estudo pode incluir diferentes procedimentos, técnicas de coleta de dados ou instrumentos metodológicos, por isto que, embora sejam 53 trabalhos analisados, com apenas 33 tendo indicado os procedimentos, foi citado número significativamente superior.

O Gráfico 3 explicita que, no conjunto de resumos analisados, foram citados 82 vezes procedimentos metodológicos, sendo que 20 resumos (38% do total) não informaram qualquer procedimento, estando, portanto, em desacordo com as normas da ABNT. A “análise documental” (citada 25 vezes) foi a técnica mais utilizada, representando 24,5% do total de procedimentos, considerando seu uso combinado com outros recursos dentro dos estudos em questão. Foram incluídas, como “análise documental”, outras técnicas denominadas pelos autores como “estudo documental”, “análise dos estatutos” e “arquivos”, pois se enquadram no perfil do respectivo procedimento metodológico.

Gráfico 3 – Número de vezes em que cada procedimento metodológico foi citado nos resumos das IFES do Nordeste sobre Financiamento da Educação (2000-2017)



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos resumos das teses e dissertações produzidas nas IFES nordestinas de 2002 a 2017 sobre Financiamento da Educação.

A segunda técnica de coleta de dados mais citada foi a entrevista (21 vezes), o que corresponde a 20,5% do total, em cujo arcabouço também foram incluídas as denominações: entrevista semiestruturada, entrevista estruturada, entrevista aberta e depoimentos. É interessante observar que parte significativa dos resumos em análise demonstra certa confusão ao restringir “o método de pesquisa a técnicas ou procedimentos de coleta de dados”, como verificado nas pesquisas de Silva e Jacomini (2016, p. 150).

Na análise, chamou atenção, além da diversidade na nomeação dos procedimentos metodológicos, das técnicas de coleta de dados e dos instrumentos indicados nos resumos, a presença significativa de questionários e de pesquisa bibliográfica e o fato de muitos ignorarem que “a metodologia inclui concepções teóricas, técnicas de pesquisa e a criatividade do pesquisador”, como alerta Gonsalves (2011, p. 64). Tal fato demonstra a necessidade de maior consolidação das pesquisas no campo do financiamento da educação e de melhor apresentação dos resumos das teses e dissertações.

3. Considerações finais

As políticas de financiamento são fundamentais para assegurar o direito humano à educação. Não obstante a existência de garantias constitucionais e de vinculação de recursos, as condições de oferta educacional no Brasil denunciam sua insuficiência. Essa problemática tem atraído o interesse de pesquisadores, especialmente após a instituição das políticas de fundos, resultando na expansão da temática financiamento da educação nas pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação.

O presente artigo, que se caracteriza como estudo de revisão, teve por objetivo analisar as produções sobre financiamento da educação em teses e dissertações produzidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEs) das universidades federais do Nordeste, de 2002 a 2017, buscando

compreender a distribuição da produção, as temáticas abordadas, a forma de construção dos estudos e as principais conclusões.

A análise dos trabalhos permitiu verificar a prevalência de dissertações (66%) e a intensificação da produção sobre o tema, principalmente, a partir de 2010. No conjunto de teses e dissertações sobre Financiamento da Educação, sobressaíram-se três instituições (UFPI, UFRN e UFPE) que, juntas, responderam por 58% do total analisado (53), revelando a consolidação do tema e de orientadores nos PPGEs dessas Instituições Federais de Ensino Superior.

Em relação às temáticas mais abordadas nos 16 anos analisados, verificou-se que a maioria trouxe como pano de fundo mais significativo o Fundef/Fundeb. Isso ocorreu devido ao impacto dessas políticas na organização do financiamento da educação básica e ao fato de os trabalhos terem sido desenvolvidos no contexto dos dois fundos, de 2002 a 2017. Os três temas mais tratados nos estudos foram valorização dos profissionais da educação; controle social sobre os recursos da educação; custo/gasto por aluno e financiamento da educação básica.

A valorização dos profissionais da educação básica (39%) foi o tema mais investigado no conjunto de 53 trabalhos analisados, abordando questões, como remuneração, formação e condições de trabalho. Em geral, os trabalhos reconhecem que o Fundeb representou avanços em relação ao Fundef, mas destacam que os fundos, apesar de terem contribuído para melhorar a condição salarial, não foram capazes de promover a valorização do magistério e assegurar o cumprimento da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional.

No esteio das políticas de fundos, o Controle Social, que concentrou 19% do total de estudos, foi o segundo tema mais estudado. Os resultados apontam a necessidade de melhor formação dos conselheiros para a compreensão e análise das prestações de contas, visando ao pleno cumprimento de suas funções, forma mais efetiva de assegurar a participação qualificada no controle social sobre os recursos da educação.

Os trabalhos sobre custo/gasto por aluno, terceiro tema mais investigado, com quatro estudos sobre custo aluno/ano e três sobre gasto, representando 13% do total, são importantes, especialmente no contexto de aprovação do novo Fundeb, agora de caráter permanente, pela Emenda Constitucional nº 108/2020, que assumiu o Custo Aluno Qualidade como referência para o alcance do padrão de qualidade previsto na Constituição Federal. Esses estudos indicam a necessidade de aumento do investimento por aluno (BRASIL, 2020).

O financiamento da educação básica foi o tema que mais perpassou os estudos, justamente pelo papel determinante do Fundef/Fundeb no aumento das produções na área. No entanto, visando melhor expressar os temas de investigação, ele foi reagrupado, apresentando, assim, cinco trabalhos nessa classificação, sendo dois sobre a educação infantil, dois sobre ensino fundamental e um, ensino médio. Esse esforço foi importante, porque explicou a necessidade de mais estudos sobre o financiamento da educação infantil e do ensino médio, assim como sobre educação profissional e a educação de jovens e adultos (EJA), ausentes nos estudos dos PPGEs das universidades federais do Nordeste brasileiro no período foco desta pesquisa. Situação similar ocorreu com o tema financiamento do ensino superior, restrito

a apenas três no total de produções sobre os programas analisados, no decorrer de 16 anos.

No conjunto dos trabalhos, embora com menor expressividade, ainda estiveram presentes os temas: programas de descentralização; atendimento educacional e receitas/despesas, assistência estudantil. De modo geral, considerando o universo das 53 teses e dissertações analisadas, os resultados convergem para conclusões de que a educação precisa de mais recursos para seu financiamento, em coerência com estudos que ressaltam a necessidade de aumento da responsabilidade do governo federal com financiamento da educação pública, especialmente a básica, mediante aumento dos aportes, o que, de alguma forma, se consolidou com o novo Fundeb, cuja participação federal na complementação da União será de 23%, após a sua plena implantação.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a investigação informou que as principais técnicas de coleta de dados foram as entrevistas, questionários e observação que, juntos, respondem por um terço do total, seguidos pela análise documental e outros procedimentos metodológicos (pesquisa empírica, bibliográfica, análise de conteúdo, dados educacionais etc.) que contribuíram para a produção do conhecimento sobre financiamento da educação no período analisado.

O estudo permitiu concluir que existe interesse crescente na temática financiamento da educação e que há necessidade de mais estudos sobre a manutenção de etapas ou modalidades específicas da educação básica e superior, assim como de estudos de revisão que contribuam para ampliar o conhecimento sobre as políticas que asseguram materialmente a oferta educacional no Nordeste do Brasil.

Referências

ALVES, Thiago; PINTO, José Marcelino de Rezende. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 143, p. 606-638, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v41n143/a14v41n143.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação. Resumo. Apresentação. 2f. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. Disponível em: http://unicentroagronomia.com/destino_arquivo/norma_6028_resumo.pdf. Acesso em: 27 out. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 20 nov. 2014.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 ago. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc108.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%20108%2C%20DE%2

026%20DE%20AGOSTO%20DE%202020&text=As%20Mesas%20da%20C%3%A2mara%20dos,%22Art. Acesso em: 03 set. 2020.

CRUZ, Rosana Evangelista da; JACOMINI, Márcia Aparecida. Produção acadêmica sobre financiamento da educação: 2000-2010. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 98, n. 249, p. 347-370, maio/ago. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812017000200347&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 maio 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Financiamento da educação brasileira: do subsídio literário ao Fundeb. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1217-1252, out./dez. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/84862>. Acesso em: 18 fev. 2019.

DAVIES, Nicholas. Fundeb: a redenção da educação básica? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 96 – Especial, p. 753-774, out. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a07v2796.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

DAVIES, Nicholas. A aplicação das verbas da educação: controle estatal ou social? **Revista Faz Ciência**, v. 12, n. 16, p. 57-74, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7436/5506>. Acesso em: 27 jul. 2020.

DAVIES, Nicholas. Levantamento bibliográfico sobre financiamento da educação no Brasil de 1998 a 2014. **Educação em Revista**, Marília, v. 15, n. 1, p. 91-162, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/4749>. Acesso em: 30 jul. 2020.

EDNIR, Madza; BASSI, Marcos. **Bicho de sete cabeças: para entender o financiamento da educação brasileira**. São Paulo: Ação Educativa, 2009.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas estado da arte. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

GATTI, Bernadete Angelina (coord.). **A atratividade da carreira docente no Brasil**. v. 1, série Estudos & Pesquisas Educacionais. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2009. Disponível em: <http://www.zerohora.com.br/pdf/15141177.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 5 ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

JACOMINI, Márcia Aparecida; MINHOTO, Maria Angélica P.; CAMARGO, Rubens Barbosa de. Financiamento da educação e remuneração docente na educação básica: uma abordagem a partir de planos de carreira, vencimentos e composição remuneratória em 2010. **Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 2, n. 10, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/51386/31840>. Acesso em: 06 ago. 2020.

JACOMINI, Márcia Aparecida; CRUZ, Rosana Evangelista da; MENDES, Valdelaine da Rosa. Tendências metodológicas nas pesquisas em políticas educacionais (2000-2010): análise de procedimento de coleta de análises de dados. **Revista Educação e**

Cultura Contemporânea, v. 16, n. 46, p. 7-30, 2019. Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/6706/47966340>. Acesso em: 26 fev. 2020.

JACOMINI, Márcia Aparecida; PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira; BELLO, Isabel Melero. Estudos de revisão sobre produção acadêmica em políticas educacionais (2000-2010). **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, n. 21, jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/66810/39047>. Acesso em: 18 maio 2020.

MAINARDES, Jefferson. Metapesquisa no campo da política educacional: elementos conceituais e metodológicos. **Educar em Revista**, v. 34, n. 72, p. 303-319, nov./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/v34n72/0104-4060-er-34-72-303.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MAINARDES, Jefferson; TELLO, César. A pesquisa no campo da política educacional explorando diferentes níveis de abordagem e abstração. In: **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, n. 75, p. 1-17, jul. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.24.2331>: Acesso em: 09 fev. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social – teoria, método e criatividade**. 28 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2015/03/MINAYO-M.-Cec%C3%ADlia-org.-Pesquisa-social-teoria-m%C3%A9todo-e-criatividade.pdf>: Acesso em: 12 fev. 2017.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Os recursos para educação no Brasil no contexto das finanças públicas**. Brasília: Editora Plano, 2000.

PINTO, José Marcelino de Rezende. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 877-897, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1228100.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da educação básica: a divisão de responsabilidades. **Retratos da Escola**, v. 6, n. 10, p. 155-172, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/176/333>. Acesso em: 09 ago. 2020.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **As licenciaturas no Brasil: um balanço das teses e dissertações dos anos 90**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2002. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22102014-134348/pt-br.php>: Acesso em: 05 out. 2018.

SANTOS, Alfredo Sérgio Ribas dos. O financiamento da educação no Brasil: o estado da arte e a constituição do campo (1996 a 2010). **Revista Uníitalo em Pesquisa**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 245-272, 2016. Disponível em: <http://pesquisa.italo.br/index.php?journal=uniitalo&page=article&op=view&path%5B%5D=49>. Acesso em: 06 mar. 2020.

SANTOS FILHO, José Carlos; SÁNCHEZ GAMBOA, Sílvio Ancisar. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SILVA, Antônia Almeida; JACOMINI, Márcia Aparecida. Escolhas políticas e (re)direcionamentos epistemológicos em educação: um panorama das teses e dissertações. In: Antônia Almeida Silva, Márcia Aparecida Jacomini (orgs.) **Pesquisas em políticas educacionais: características e tendências**. Feira de Santana: UFES Editora, 2016, p. 93-122.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca Pereira. **Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2000. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484330/Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o/f9ddf4f-1708-41fa-82e5-4f2aa7c6c581?version=1.3>. Acesso em: 15 maio 2020.

VASCONCELOS, Dimas Augusto de. **Custeio da Educação Pública na era Vargas: a caixa escolar do Ceará (1930-1945)**. 2013. 135f. – Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2317>. Acesso em: 18 maio 2020.

Contribuição das autoras

Autor 1: Concepção do desenho teórico-metodológico da pesquisa, análise dos dados e escrita do artigo.

Autor 2: Contribuição substancial na análise dos dados, na escrita do artigo e revisão.

Enviado em: 08/setembro/2020 | Aprovado em: 27/junho/2021